



ORGANIZAÇÃO DE GANGUES NA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE VITÓRIA

GANG ORGANIZATION IN THE GREAT VITÓRIA METROPOLITAN AREA

ORGANIZACIÓN DE GANGUES EN LA REGIÓN METROPOLITANA DE LA GRANDE VITÓRIA

Amílcar Cardoso Vilaça de Freitas¹

 10.21665/2318-3888.v6n12p105-129

RESUMO

Nesse artigo pretende-se discutir a organização de gangues no Brasil contemporâneo, com destaque para as organizações varejistas de tráfico de drogas nos bairros periféricos das regiões metropolitanas. Tomaremos o caso da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) para compreender a formação de uma região e de seus bairros periféricos, de forma a pensar variáveis que possam influenciar na formação dessas gangues. Pretende-se apresentar e analisar a forma como as gangues na região elaboram sua dinâmica, a partir do depoimento de adolescentes em conflito com a lei, que cumpriam medida de internação. Argumentamos que para a maioria dos membros dessas gangues, a organização entre elas é uma busca principalmente por proteção.

Palavras-chave: Violência urbana. Gangues. Adolescência em Conflito com a Lei.

¹ Professor EBTT de sociologia do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul), campus Lajeado. Pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (PPGS/UFPel) e doutor em sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGSA/UFRJ). E-mail: amilcarchicago@yahoo.com.br.

ABSTRACT

In this paper, we intend to discuss the organization of gangs in contemporary Brazil, with special attention to drug trafficking retail organizations in slums and poor neighborhoods in metropolitan areas. We shall take the case of Great Vitória Metropolitan Area, in order to comprehend a region and its peripheral areas constitution, thinking on variables that might influence in gangs formation. Moreover, we intend to present and analyze gangs dynamics in that metropolitan area. Semi-structured interviews conducted with juvenile delinquents, who were confined in rehabilitation institutions at the time are taken as empirical data. We argue that for most individuals in those gangs, the wish to better organize the gangs is an attempt to grant themselves protection.

Keywords: Urban violence. Gangs. Juvenile Delinquency.

RESUMEN

En este artículo se pretende discutir la organización de pandillas en el Brasil contemporáneo, con destaque para las organizaciones minoristas de tráfico de drogas en los barrios periféricos de las regiones metropolitanas. Tomemos el caso de la Región Metropolitana de la Grande Victoria (RMGV) para comprender la formación de una región y de sus barrios periféricos, para pensar variables que puedan influir en la formación de esas pandillas. Se pretende presentar y analizar la forma en que las pandillas en la región elaboran su dinámica, a partir del testimonio de adolescentes en conflicto con la ley, que cumplían la medida de internación. Argumentamos que para la mayoría de los miembros de esas pandillas, la organización entre ellas es una búsqueda principalmente por protección.

Palabras clave: Violencia Urbana. Pandillas. Delincuencia Juvenil.

Introdução

A organização das gangues², seja articulando a criminalidade de rua, seja organizando presos dentro de unidades prisionais, volta a aparecer como uma grande questão a ser discutida, especialmente após as sangrentas rebeliões no Amazonas, em Roraima e no Rio Grande do Norte no final de 2016. Acreditamos que é preciso compreender as nuances dessa questão dentro da realidade de cada estado, por vezes, mesmo dentro de cada cidade. A organização de gangues vai articular fatores muito complexos, desde a distribuição em larga escala de armas e drogas, até a organização de unidades prisionais inteiras, passando pela organização da criminalidade de rua e o confronto com ou a cooptação e o suborno de forças policiais. Tudo isso envolve uma grande quantidade de atores, por vezes com interesses muito diversos: mesmo possivelmente identificados com a mesma facção, as motivações de ação podem ser muito diferentes para quem ocupa posições altas numa hierarquia de uma gangue local ou para quem ocupa posições baixas, bem como para quem vem a se engajar na gangue antes, durante ou após um período de privação de liberdade. Do mesmo modo, possibilidades de usar os recursos – materiais ou simbólicos – dos quais essa organização dispõe, variam conforme as diferentes posições que esse indivíduo ocupa.

Em cada cidade, tanto a força simbólica da qual essas gangues e cada facção dispõem, quanto seu poderio em armas e no controle de atividades criminosas variam, bem como a relação com as forças policiais, o que gera uma situação única. A situação prisional – a lotação, a capacidade de controle do Estado sobre as unidades – é mais uma variável para compreender a questão. Nesse artigo, buscamos compreender como a organização

² Luis Felipe Zilli do Nascimento (2011) utiliza a ideia de gangues para compreender grupos de jovens que compartilham identidades em comum e que se engajam, coletiva e sistematicamente, em práticas violentas e/ou criminalizadas ou em conflitos territorializados. Como os grupos que identificamos na RMGV apresentam essas características, apontamos que fazem parte também do fenômeno das gangues, portanto, adotamos esse termo. Sem abrir mão desse entendimento, nos valemos ainda de três outros termos para designar essas organizações: uma vez que essas gangues estão articuladas com o tráfico ilegal de drogas a varejo, uma atividade criminalizada e que dispõem seus membros em relações hierárquicas, usamos também o termo jurídico “quadrilha”, que indica seu caráter de inequivocamente criminalizada, especialmente quando indicamos sua relação com o tráfico de drogas. Além disso, apresentamos os termos nativos são “movimento” e “bonde”. Esses termos permitem visualizar as maneiras dinâmicas como os entrevistados viam essas organizações. Para uma análise do surgimento e do uso historicamente do termo “movimento”, conferir Misse (2008).

das gangues era vista a partir do ponto de vista de adolescentes em conflito com a lei, internados em unidades socioeducativas da Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no Espírito Santo. Foram realizadas quarenta e cinco entrevistas semiestruturadas com esses jovens dentro das unidades, além de ter sido feito um período de observação participante de 18 meses em duas unidades da RMGV³. Acreditamos que uma reflexão sobre a situação no Espírito Santo possa ajudar a pensar a questão em diferentes regiões metropolitanas do Brasil, especialmente quando pensada sob o ponto de vista dos numerosos membros dessas gangues que ocupam suas posições mais subalternas.

Vamos abordar, em primeiro lugar, as condições ambientais de formação dessas gangues na RMGV. Depois, passaremos a apresentar como os adolescentes entrevistados entendiam as organizações criminosas nas quais estavam engajados. Nesse trabalho, buscamos entender como o “criminoso de rua” ou mesmo dentro de unidades de privações de liberdade, que se encontra em posições inferiores na hierarquia das gangues locais, pensa a questão da organização das gangues. Argumentamos que os interesses que ele possui não estão tão vinculados à grande distribuição de drogas ou armas, tanto quanto às possibilidades de resolução de conflito que uma “grande facção” pode proporcionar.

1. Fatores ambientais para a organização de gangues na RMGV

A RMGV é composta por sete municípios e experimentou um crescimento populacional acelerado entre 1960 e 1991, indo de 216.274 habitantes para 1.136.842 (ROCHA; MORANDI, 2012, p. 34). Essa ocupação, contudo, se mostrou bastante desigual; Mattos

³ Também foram abordadas, durante as entrevistas, temáticas que não serão discutidas aqui, como a relação dos adolescentes com suas famílias, suas comunidades, seu dia a dia nas unidades socioeducativas, etc. Algumas discussões se apresentam em outros trabalhos: uma discussão sobre motivações para homicídios está presente em Freitas (2014); outra sobre religiosidade se encontra em Freitas (2017) e uma sobre o mundo do trabalho será abordada em Freitas e Costa (2018). Todos esses temas foram discutidos na tese “E isso é bandido?: Engajamentos à vida no crime na Região Metropolitana da Grande Vitória” (FREITAS, 2016). Os entrevistados eram todos adolescentes do sexo masculino e tinham entre 17 e 20 anos de idade. Todos haviam recebido uma medida socioeducativa de internação, a mais grave que um adolescente pode receber e foram responsabilizados por crimes violentos, como roubo ou homicídio, ou são reincidentes em crimes mais leves, como o tráfico de drogas.

(2010, p. 256) indica que “em 1980, dos 706.263 habitantes da Grande Vitória, 281.391 (39,84%) habitavam áreas de favela, demonstram o agravamento da precarização das condições de trabalho e de moradia para um grande contingente populacional da RMGV”. Isso aponta para um padrão de urbanização excludente, que expande as periferias e as favelas mais do que aos centros e áreas nobres. Esse padrão está posto desde os anos 1970 na RMGV, decorrência clara da implementação dos “grandes projetos” de industrialização⁴ e da falta de atenção aos padrões de exclusão que a política desenvolvimentista gera.

Constata-se que o processo de expansão desordenada da RMGV resultou no surgimento de bairros periféricos, no qual grande parte da população encontra-se numa situação de desemprego, como consequência do perfil da população dos mesmos, oriunda das atividades agrárias e de migrantes, constituída por trabalhadores com baixa ou nenhuma qualificação profissional, que de forma crescente e gradativa foram se instalando nos municípios da RMGV. Essa situação intensifica a fragilidade social de uma ampla camada populacional, majoritariamente jovem. (MATTOS, 2010, p. 257-8).

Alguns dos bairros da região foram criados justamente para abrigar o inchaço populacional que a RMGV sofreu – o que não significa que tenham sido criados com a estrutura adequada para receber todas essas pessoas. Alguns simplesmente eram favelas ou invasões, que foram sendo mais bem urbanizadas com o tempo e que ainda precisam de melhores estruturas.

É nesses bairros que a maioria dos casos de violência são registrados na RMGV e nos quais se ambientam as gangues que discutimos nesse trabalho. Contudo, apesar de a maioria dos crimes contra vida, especialmente o homicídio, serem cometidos nos bairros periféricos, existem outras condicionantes que se envolvem na ocorrência desses crimes, com destaque para a maior ou menor presença do mercado ilegal de venda de drogas. Zanotelli *et al.* (2007, p. 13) demonstram que nem todos os bairros nessas condições registram altas taxas de homicídio: “em pesquisas por nós realizadas na aglomeração de Vitória, constatamos que 1/3 dos bairros estudados não tiveram nenhum homicídio em 2000 e 1/5 tinham taxas brutas inferiores a 0,5 por mil habitantes.”

⁴ Realizados principalmente na década de 1970, com largo apoio governamental – estadual e federal – esses projetos atraíram o investimento de grande capital exterior ao estado, no intuito de promover uma industrialização acelerada.

Os autores constatam que a taxa de homicídios da RMGV começa a crescer exponencialmente a partir da década de 1980 e se estabelece no alto padrão que se encontra hoje a partir de meados da década de 1990. Entre 1980 e 2002, a taxa de homicídio teria aumentado mais de trezentos por cento (ZANOTELLI *et al.* 2007, p. 4). Entre as vítimas, estão sobrerrepresentadas pessoas do sexo masculino, afrodescendentes (pretos e pardos) e jovens; também moradores de alguns bairros específicos da região metropolitana e os autores atribuem à presença mais forte dos mercados ilegais, especialmente a venda de drogas, um dos principais fatores que ajudam a entender a dinâmica dos homicídios.

A violência e a criminalização nesses bairros não podem ser pensadas como fenômenos intrínsecos a eles mesmos. Envoltas numa complexa teia de relações, essas questões estão diretamente articuladas com o desenvolvimento, forma irregular de ocupação, desigualdade social que esses bairros apresentam, mas também não podem ser pensadas sem a participação da repressão policial acentuada nesses locais. Como resultado das respostas estatais à criminalidade, a taxa de encarceramento estadual sobe de 78,06 por cem mil habitantes em 1998 para 620,26 em 2014 (BITTENCOURT, 2014, p. 134). Em outubro de 2013, o Espírito Santo tinha sob custódia aproximadamente 14.800 presos (RIBEIRO JÚNIOR, 2014, p. 141), sem contar com os cerca de mil internos que o sistema socioeducativo atual comporta.

Isso demonstra um primeiro fator a ser considerado no Espírito Santo no tangente a organização de gangues: o encarceramento em massa. Porém, aparentemente, o Estado possui um controle bastante forte sobre as unidades prisionais, especialmente após a construção do complexo penitenciário de Xuri, em Vila Velha, no ano de 2010. A situação prisional melhorou sensivelmente.

Os entrevistados de nossa pesquisa, que tinham passado pelo sistema socioeducativo antes de 2010, reportam que havia uma organização entre os adolescentes internados conhecida por “sistema”. Esse “sistema” era integrado com o “sistema” das unidades prisionais (para maiores de idade). A maioria das unidades socioeducativas do Espírito Santo foram formadas já na década de 2010; anteriormente, havia apenas a Unis. Os interlocutores chamavam a Unis que abrigava todos os adolescentes do sexo masculino

em conflito com a lei, provisoriamente internados ou já sob efeito da medida de internação, de 12 a 20 anos, de todas as regiões do estado, de “Antiga Unis”. Assim é possível diferenciá-la do período atual, no qual a Unis abriga apenas adolescentes entre 12 e 16 anos já sentenciados à medida socioeducativa de internação.

A Antiga Unis apresentava a configuração mais próxima do que Maillart (2014) designou como “cadeia dominada”, ou seja, com uma organização bastante forte dos adolescentes. Os adolescentes que entrevistei que foram internados pela primeira vez no começo da adolescência, passaram pela antiga Unis. Era consenso entre os interlocutores que vivenciaram esse período, seja como agente socioeducativo, como técnico ou como adolescente em conflito com a lei internado, que se tratava de uma realidade com rebeliões e agressões muito mais recorrentes. Para os adolescentes, contudo, havia certa ambiguidade no sentimento com relação à antiga Unis. Por vezes, eles reclamavam da tensão e da necessidade de estar constantemente alertas para não serem vítimas das agressões.

Na terceira [vez que fui preso] que eu bati dentro da Unis. Rapaz, ali eu fiquei com mais medo daquela primeira vez, porque a Unis cada um sentava num alojamento aqui e com pouco a galeria toda tava dentro do alojamento. Porque tinha uns buracos na parede que ligava num barraco pro outro – barraco é os alojamentos. Tinha um buraco na parede que os meninos vinham passando e já sentavam perto de você queria te interrogar da onde você é. E tinha celular e ligava até na rua pra saber da sua. E aí você via no olho deles que eles estavam só com vontade de pegar alguém, machucar alguém. E tinha lá aquelas brincadeiras pra deixar o cara oprimido (INTERLOCUTOR 01⁵).

Ao mesmo tempo, esse mesmo interlocutor me disse várias vezes que na Unis “o tempo passava mais rápido”: a possibilidade de se locomover com muita liberdade dentro da unidade permitia que os adolescentes se distraíssem mais, conversassem com companheiros diferentes e até mesmo escolhessem o dia e a quantidade de horas que passariam na escola ou em outras atividades, ao passo que nas novas unidades todos os deslocamentos eram controlados pelos agentes socioeducativos. Essa é uma questão muito importante na dinâmica das unidades socioeducativas: os adolescentes em geral sentem uma rivalidade com os agentes socioeducativos no que tangem o controle do cotidiano da unidade. Dessa forma, a organização e o poder de decisão de um grupo

⁵ Na impossibilidade ética e legal de nomear os informantes, optamos por numerá-los. A numeração aqui apresentada foi construída especificamente para esse artigo.

são inversamente proporcionais aos do outro. A memória que se apresenta da antiga Unis era de um local onde até mesmo os agentes poderiam ser vítimas de agressões físicas por parte dos adolescentes se descumprissem as regras que eles tinham estipulado. Era um local, portanto, onde os adolescentes mantinham uma organização e também a possibilidade de impor suas regras mediante a força.

No linguajar nativo, os internos chamavam essa organização de “sistema”. O “sistema” dependia de assembleias internas, mas contava também com o contato com o “sistema” das penitenciárias adultas e com a articulação com as quadrilhas que atuavam no exterior das prisões.

Tanto que tinha os aparelho, não tem? Você chegava, você pode ser noia, não tem? Noia, morador de rua, mas se tiver alguém por você lá fora, você tá tranquilo, não tem? Agora, você ‘tá de caô com um inimigo seu, se tiver alguém por você lá fora, falar por você “deixa o moleque tranquilo, encosta a mão no moleque não”, você vai ficar tranquilo; agora, se não tiver ninguém pra falar por você, seus inimigo ligar na rua, os parceiro deles, ligar, perguntar de qual é do seu procedimento, falar que você é safado, os cara afirmar e você não tiver ninguém por você, fi, o que os cara falar, tá falado. Se é pra te matar, vai te matar, fi. Se é pra te pegar, vai te pegar; se é pra te dar bonde da galeria, vão te dar bonde, não tem? Agora, pintou um negócio, se tiver alguém pra falar por você, você não é apenas mais um não (INTERLOCUTOR 02).

A posição dentro do “sistema” na antiga Unis dependia muito da posição dentro das hierarquias nas gangues externas. Apesar da articulação e divisão de tarefas internas, a falta de organização entre as gangues, que discutiremos no terceiro tópico desse texto, gerava um equilíbrio muito instável. Na RGMV, as gangues poderiam apenas atestar que a conduta do interno é digna ou que o defenderiam caso ele fosse atacado. Contudo, se dois adolescentes de quadrilhas rivais se opusessem um ao outro, dificilmente haveria quem pudesse arbitrar o conflito de maneira imparcial para além dos próprios colegas de internação. Assim, o procedimento de cobrança era interno e realizado pelos próprios adolescentes, em nome deles mesmos.

De toda forma, o sistema que existia na Unis pereceu. Os adolescentes apontam vários motivos para tanto, mas principalmente, a construção do complexo penitenciário de Xuri, que abriga a Unimetro. Segundo eles, a redistribuição das cadeias e das unidades de internação, inverteu a correlação de forças entre agentes socioeducativos e adolescentes internados, de forma que “hoje o sistema é dos agentes”, como se dizia no linguajar nativo. A formação do “sistema” floresceu nas péssimas condições que o

sistema prisional do estado oferecia na primeira década do século XXI⁶ e havia sofrido um grande retrocesso com a construção de novas unidades prisionais, especialmente em Xuri. Isso indica uma estreita relação entre organização dos presos em gangues e qualidade dos sistemas de privação de liberdade: quanto maior for a superlotação e os maus-tratos, maior é a motivação para que os internos se organizem, bem como maior será a dificuldade dos agentes do Estado em manter o controle sobre a população privada de liberdade.

1.1 Tipos sociais associados à criminalidade na realidade local da RMGV

Para além desse histórico recente em unidades de privação de liberdade, é interessante analisar como na RMGV foram recepcionados, criados ou ressignificados tipos sociais ligados à criminalidade. É possível pensar assim os mecanismos de acumulação social da violência (MISSE, 1999) no Espírito Santo, com alguma ênfase para os tipos sociais que foram se constituindo no estado, com destaque aqui para o “vagabundo” – geralmente jovem, pobre, pardo ou preto, morador de morros e bairros de periferia, supostamente articulado com o tráfico de drogas. A relevância que o Rio de Janeiro adquiriu nacionalmente nas questões relacionadas a “fantasmas da violência urbana” (MISSE, 1999), ou seja, às sensações de medo e insegurança referentes às formas como as pessoas percebem a criminalidade e a violência urbana, permite que algumas

⁶ O estado do Espírito Santo foi denunciado na Corte Interamericana de Direitos Humanos em 2011 por violações ocorridas na Unis em 2009 (BOURGUIGNON, 2017). O sistema prisional, no mesmo período, também foi alvo de denúncias nas cortes internacionais de direitos humanos (ver FREITAS, 2016, cap. 2). Ainda assim, não se trata de um sistema completamente pacífico e podemos afirmar que foram raros os meses durante a pesquisa na unidade em que a “força física” não tivesse sido utilizada com um adolescente. Quando postos a comentar, os agentes diriam que o uso da força é necessário, seja em legítima defesa, seja para evitar brigas e rebeliões nas unidades. Os adolescentes, diriam geralmente que houve abuso, classificando a agressão como covarde. A tensão entre adolescentes e agentes se fazia presente, mesmo considerada baixa em relação a períodos anteriores da instituição e mesmo podendo ser constatada uma convivência amistosa entre as partes em uma unidade socioeducativa funcional, essa tensão escalava, com alguma frequência, para a agressão física. Um diálogo que presenciei talvez demonstre bem a relação, quando um agente e um socioeducando (INTERLOCUTOR 03) discutiam o tema. O agente diz: “Eu preciso saber te imobilizar e eu posso te imobilizar. Mas eu preciso saber porque eu estou te imobilizando”; ao que o interno responde “Eu não quero saber porque você está me imobilizando; eu quero saber porque você está me torcendo” (INTERLOCUTOR 03). Assim, o adolescente reconhecia a necessidade do uso da força pelos agentes em determinadas situações, mas apontava para o abuso, especialmente após o agente retomar o controle da situação.

categorias oriundas – ou supostamente oriundas – do Rio de Janeiro sejam incorporadas e ressignificadas na realidade local. Misse apresentou, para a realidade carioca, a formação de três tipos sociais que se sucedem e que concentram a figura do “bandido” em seus respectivos períodos: o “malandro”, o “marginal” e o “vagabundo”, categorias que vão ter reverberações na RGMV.

Misse (1999) argumenta que as transformações na realidade urbana do Rio de Janeiro são o contexto para as transformações nas formas de perceber a criminalidade e a violência na cidade. A sensação de perigo aumentaria sobremaneira, segundo o autor, quando o ciclo que tem como figura central o tipo “malandro”, baseado na astúcia como forma de auferir ganhos ilícitos ou imorais, é superado pelo ciclo centralizado na figura do “marginal”, que está baseado em usos muito mais acentuados da violência. Misse referencia essa passagem aos anos 1960. É difícil pensar em uma construção urbana tão complexa como o “malandro” em Vitória antes dos projetos desenvolvimentistas transformarem completamente as feições da cidade nos anos 1960 e 1970. Logo, pode-se dizer que é a partir do ciclo da “marginalidade”⁷ que o fantasma da violência urbana na região de Vitória comece a ganhar a conformação que ele tem hoje, o que coincide com o modelo de expansão das periferias da região metropolitana, que apresentamos acima.

Por outro lado, a origem dessa população no interior do estado, que também apresenta taxas de criminalidade altas, desde que existem registros oficiais. E uma figura precisa, nesse sentido, ser introduzida: o “pistoleiro”. No interior do estado do Espírito Santo, especialmente nas regiões de fronteira com o estado de Minas Gerais e ao norte do Rio Doce, onde se constituíram formas de justicamento bastante particulares e diversas da política de repressão oficial, através da constituição de grandes “coronéis”.

⁷ Optou-se aqui por centralizar o ciclo de violência em um fantasma central como forma de sintetizar a argumentação, apresentada de forma muito mais complexa por Misse (1999, p. 188): “Esses sucessivos fantasmas não parecem desdobramentos e rupturas de um único fantasma senão quando se os liga à pobreza urbana e às enormes desigualdades sociais incrementadas com a urbanização crescente, com o crescimento econômico e com a maior oferta e oportunidade de « bens de saque » que se generalizou em consequência. O fantasma único que se mantém solidamente atuante no imaginário das elites e das classes médias assustadas, é o mesmo fantasma das « classes perigosas ».”

Dos Anjos (2008) defende a hipótese de que os crimes de mando contemporâneos no estado são uma derivação dessa forma de resolução de conflitos que, no Espírito Santo, pode ocupar um lugar privilegiado nas atitudes policiais e em outras esferas dos poderes estaduais. Por outro lado, essa é uma figura que acompanhou o caminho que boa parte da população realizou do interior para a capital nos anos 1960 e 70, cujas encarnações continuam aparecendo, ainda que sob novas roupagens. Desse modo, o “fantasma” do pistoleiro vai ser encarnado nos grupos de extermínio e nos crimes de mando na RMGV contemporânea.

Em nossa experiência de pesquisa, podemos destacar que os adolescentes entrevistados se encaixam no tipo social do “vagabundo” – ou seja, jovens pobres, articulados com o tráfico de drogas em bairros periféricos, morros e favelas (MISSE, 1999)⁸ – e que não gostam dos pistoleiros. Muitos deles se mostraram descontentes ou ofendidos quando se insinuou que eles pudessem “matar por dinheiro” a mando de outra pessoa. Apresenta-se, portanto, uma possibilidade de engajamento a esse tipo social, que traz um novo ethos criminal, que tenta superar e se distanciar do fantasma da pistolagem; organizam-se assim gangues de “vagabundos” na RMGV e sobre elas passamos a discorrer agora.

2. As gangues de “vagabundos” da RMGV

O negócio aqui tinha que ser igual lá para o lado do Rio [de Janeiro], bagulho de facção. Que aí ia ser gostosinho. Menor de 12 anos ia ‘tá com uma “45” andando na rua, para cima e para baixo, pegando os polícia e rasgando junto com nós. ‘Tá ligado? Mas não tem isso, os cara é mais “olho grande”. Quer “crescer o olho” para cima do “movimento”, tomar seu “movimento”. ‘Tá ligado? Aí rola sangue mesmo. Tem que se unir. Se nós aqui tudo de Vitória aqui fosse uma facção só, ou contra outra aí, matar o polícia, deixar nós sair... la ficar gostosinho nosso “movimento” (INTERLOCUTOR 02).
Você já viu em São Paulo? Em São Paulo, os traficantes, de São Paulo tudo, eles não tem guerra entre eles. Eles ganham dinheiro assim. Eles têm guerra com polícia. Que é o PCC, a irmandade. Então, eles têm problema com a polícia. Agora no Rio e em Vitória, é porque eles têm guerra entre facções assim, eles, entendeu? Um quer tomar a “boca” do outro. “Olho grande”. Por causa disso que gera isso aí, todo dia morre gente (INTERLOCUTOR 04).

⁸ O termo, colhido por Misse entre os fantasmas da acumulação da violência no Rio de Janeiro, é também utilizado nativamente na RMGV nos dias atuais. De certa forma, o “vagabundo” é o “herdeiro” do “marginal”, porém com uma ligação maior com o tráfico varejista de drogas.

Existia um consenso entre os adolescentes que entrevistamos de que o “mundo do crime”, especificamente o tráfico varejista de drogas, necessitava de maior organização local. Eles se ressentiam de uma grande “facção” ou “comando”. Antes de chegarmos aos efeitos disso, precisamos compreender qual é a organização que de fato existe na realidade local.

Da forma como foi apresentado pelos entrevistados, o tráfico de drogas é uma atividade que exige uma dedicação intensa, especialmente se se almeja ascender a postos mais interessantes em sua hierarquia. É preciso passar bastante tempo de plantão vendendo e/ou preparando e separando as drogas ilícitas que seriam vendidas em quantidades que poderiam ser comercializadas a varejo (“endolar”). Durante as entrevistas, era solicitado que os adolescentes contassem como eram suas rotinas. A maioria deles articulava o uso recreativo de maconha com as práticas associadas efetivamente ao comércio de drogas, como “endolar” e vender, e ainda com a necessidade de realizar confrontos armados com inimigos. Para alguns, essa última atividade incluía também a compra de armas ou drogas, de forma a realimentar o negócio.

Grillo (2013), em sua etnografia sobre quadrilhas de traficantes na cidade do Rio de Janeiro, destaca o uso do termo *firma*, para designar também a coletividade que se organiza para vender drogas nas favelas cariocas. Segundo a autora:

O vocabulário empregado no interior desta, os papéis desempenhados e as atividades reguladas no interior dessa coletividade remete, de fato, à articulação dos negócios em um formato de empresa, incluindo termos como patrão, gerente, funcionário, plantão, equipe, carga, responsabilidade, anotações, contas e pagamento (GRILLO, 2013, p. 59).

Contudo, a autora alerta que há muitas outras dinâmicas concernentes ao tráfico de drogas que fazem parte da sua lógica, de forma que a sua faceta empresarial é apenas uma das quais ele apresenta. Ainda assim, uma questão importante para a formação do tráfico de drogas na RMGV, assim como em outras cidades brasileiras, é que ele é organizado de maneira hierárquica.

Para os adolescentes da RMGV, o cargo mais baixo nessa hierarquia local era o “vapor”⁹, responsável direto pela venda de drogas ao consumidor. O posto intermediário era o de

⁹ Hierarquizações similares a que descreveremos foram encontradas em outras realidades locais, desde os primeiros estudos sobre gangues de traficantes nas cidades brasileiras, vide Zaluar (1994) e Misse (1999).

“gerente” ou de “responsa” e o posto mais alto, o de “patrão” ou “dono”. O patrão é o cargo mais alto e inclui o comando sobre todas as atividades da gangue. Essa hierarquia poderia comportar uma quantidade maior ou menor de subníveis dependendo do tamanho da gangue, o que poderia variar bastante de um bairro para outro. Um vapor pode trabalhar para diversos gerentes:

Eu traficava na rua, não tem? Eu traficava, ia lá vendia maconha, pó [cocaína] e pedra [de crack], não tem? Aí, a maconha era pra tal pessoa, o pó pra tal pessoa e a pedra pra tal pessoa. No mesmo movimento. Só que o meu dinheiro era na maconha e no pó só, aí a pedra, que dava mais dinheiro, era dividido com um moleque, não tem? Aí o moleque falava “você confirma pra mim o meu dia, nós divide meio a meio” (INTERLOCUTOR 05).

Assumir a posição de “vapor” envolve algumas desvantagens. Em primeiro lugar, fica exposto à repressão policial e aos “ataques” dos inimigos; é o “vapor” quem “bota a cara”. Em segundo lugar, o vapor está no ponto mais baixo da escala e será violentamente cobrado em caso de qualquer erro contábil ou perda de mercadoria. Financeiramente, contudo, os adolescentes apontavam que os ganhos entre ser “vapor” e ser “gerente” não eram muito diferentes. O que fica claro é que o tráfico comportava largamente práticas de hierarquia; havia em muitos casos a possibilidade de colocar alguém para trabalhar e auferir parte dos ganhos. Como “vapor”, era possível trabalhar para mais de um “gerente” e vender para uma quantidade grande de pessoas, mesmo sabendo que o dinheiro teria de ser repartido no final. Ainda assim, é possível que haja várias escalas: um “gerente” pode ter um “subgerente” ou alguém com “responsa”:

Então, assim, cada lugar é um jeito diferente, pessoas diferente. Já cheguei traficar num lugar que o patrão ‘tava preso, e o gerente comandava a maconha e tinha um, tinha um gerente que era da pedra e outro que era da maconha e esse gerente, tinha o subgerente ainda, que picava a droga e distribuía, não ficava na pista. Então, pra ter dinheiro pros gerente ter gerente, aí você imagina né, então, é muito dinheiro, cara. [...] tráfico é uma coisa que dá muito dinheiro, mas não compensa. Compensa pra quem é patrão, quem é vapor, só segura a guerra e o B.O... Porque só dá cadeia pra nós, quando polícia invade é nós que tá na pista, e o patrão tá lá na casa dele, vendo reportagem no jornal. É foda! (INTERLOCUTOR 06).

Todo esse conjunto dinâmico que organiza os mercados varejistas locais de drogas ilícitas é conhecido pelos adolescentes como “movimento”. Do ponto de vista de quem está no extrato mais baixo, essa exposição exagerada é um incômodo, além da sensação clara de que está sendo financeiramente explorado, ou seja, de que há outras pessoas

lucrando sobre o esforço que ele está fazendo e, principalmente, sobre o risco que ele está correndo. Existe a possibilidade, portanto, de tentar se colocar em uma posição mais interessante. O “patrão” (ou “dono”), posição mais alta na hierarquia local do tráfico, pode apontar “gerentes”, “subgerentes” e “responsas”, o que não impede que os “gerentes” apontem também os “subgerentes” e “responsas”. Um mesmo “patrão” pode ter diversas “bocas” e pode apontar responsáveis para cada uma delas. Obter uma dessas posições é considerado algo que deve ser merecido, seja porque se conquistou a confiança do patrão ou dos gerentes, seja porque muito fez pela gangue local.

Por que nós no crime, nós é o seguinte, a gente faz o por onde a gente crescer dentro do crime, porque é poucos que começa sendo dono, entendeu? Um dono de um movimento. Primeiro você fica vendendo droga pra depois você ganhar uma moral pra você poder colocar uma droga, pra você ser gerente. E por tudo isso eu passei. Eu vendi, tinha um plantão que eu vendia droga. Aí, até que chegou um dia que os cara me chamou pra eu tomar a frente do movimento, ser gerente, ser o frente, ganhar dinheiro lá em cima junto com eles. Aí, eu falei “demorou, se é pra ser desse jeito vamos lá, eu ‘tô no crime é pra mim crescer”, eu falando pros caras “eu ‘tô no crime é pra mim crescer”. Aí, eu fui recebendo dois mil por semana. Comecei a ter poder, querer tudo aquilo que, eu querer, tudo aquilo que eu fala e ser bem feito e bem falado, entende? Se eu queresse que um chegasse e matasse um lá embaixo eu tinha voz ativa pra mandar ir lá embaixo e matar, entendeu? Do mesmo jeito que eu tinha voz ativa também pra falar pra não matar, também não matava, dependia do que eu falava. Aí, pô eu fiquei muito tempo no crime pra ser alguém, né, assim, que nem você ‘tá estudando hoje sociologia pra ser alguém na vida [...] (INTERLOCUTOR 07).

A noção de carreira é claramente mobilizada por esse interlocutor, que além de apontar como se passa de uma posição para outra dentro do sistema, compara ainda a carreira dentro do “crime” com a minha carreira enquanto sociólogo. Note-se que ele indica que para além dos ganhos financeiros, há também um ganho em poder: ele passou a poder decidir sobre a vida e sobre a morte de alguém. Gerentes, subgerentes e responsas passam a ter uma responsabilidade também de manter a ordem interna e proteger o “movimento” de ataques externos. Além disso, há sempre a possibilidade de atacar outra quadrilha e passar a controlar novos pontos de venda de drogas. Se um “responso” pode se proteger da exposição que sofre um “vapor”, por outro lado ele deve ajudar a defender o ponto de droga, uma vez que se sua gangue for expulsa do local por uma gangue rival ele perderá o posto hierárquico que lutou para conquistar. Um adolescente que tinha uma “responso” me contou como ele acabou cometendo um homicídio contra alguém de uma gangue rival:

Foi uma coisa que... os meninos ficaram falando que ia matar nós, ficava indo aonde nós vendia droga e ficava dando tiro nas costas de nós, tentando matar nós... aí esse menino que dava droga pra nós, porque eu e meu irmão mesmo e os meninos lá nem era de mexer com esse negócio de arma não. Porque como ele já tinha mais dinheiro que nós ele começou a comprar arma e dá na nossa mão, falar que era pra nós ir atrás deles também, do mesmo jeito que eles vinham atrás de nós, ficava dando tiro em nós, era pra nós também ir dar tiro neles. Aí nós começou a juntar dinheiro e comprar nossa própria arma pra ir atrás deles... eles davam tiro em nós, nós dava tiro neles também. Até que um certo dia, fui dar um ataque neles, aí nós passou em frente de um bar que eles ficava lá, tudo jogando fliperama eles ‘tava, aí quando eles viram nós, eles saíram correndo, aí nós tudo dando tiro lá em cima deles nós acertou um menino lá e ele morreu (INTERLOCUTOR 08).

Ascender na hierarquia do tráfico significava, para esses adolescentes, estar mais disposto a se envolver nas “guerras” que as gangues tinham – o que Zaluar (1994) chama de “disposição para matar”. Alguns entrevistados contaram histórias de tentativas de montarem seus próprios “movimentos”, seja em “favelas” que ainda não tinham um comércio local de drogas bem organizado, seja em cidades do interior do estado, o que se mostrava difícil se não houvesse uma articulação maior com distribuidores de drogas ilícitas em atacado.

Mesmo que houvesse essa articulação, isso normalmente significava iniciar uma disputa que poderia ser bastante violenta com as gangues já estabelecidas localmente. Um adolescente mostrou as cicatrizes de um tiro no pescoço que levou por tentar começar um “movimento” em um bairro do litoral norte capixaba (INTERLOCUTOR 09). Outro me contou do tempo em que vendeu drogas numa cidade do sul da Bahia (INTERLOCUTOR 10). Segundo ele, era possível contar com excelente relação com a polícia, pois se tratava de um efetivo pequeno e facilmente subornável.

Para a RMGV, os discursos que os entrevistados apresentaram com relação à polícia variavam entre a indiferença (“estão só fazendo o trabalho deles”; “não acho nada da polícia”) e a raiva (“de dez, só dois são honestos”; “gostam de esculachar vagabundo”). O problema não era a ideia de polícia em si, que era bem aceita em geral – não se imaginava uma sociedade sem polícia – mas o trabalho da polícia e como ele se desenvolve.

Certa tarde eu conversava com dois adolescentes e um agente socioeducativo (responsável pela vigilância dos internos) e o agente decidiu perguntar o que eles

achavam da polícia. Um deles disse que para eles é uma espécie de rival, uma vez que eles são do crime (INTERLOCUTOR 01). Completou dizendo também que ele sabe que existem policiais honestos e que tem amigos de infância que são policiais, mas que de cada dez, só dois são honestos. O agente então perguntou se quando ele vê um soldado do Batalhão de Missões Especiais (BME) ele sente raiva e o interno respondeu que sim, porque se o policial foi para o BME ou para outro batalhão de choque seria porque “ele gosta de esculachar vagabundo”. O outro adolescente (INTERLOCUTOR 03) contou que ele foi “forjado”¹⁰ e teve que assumir um flagrante de mais de mil pedras de crack que não eram dele. O interno (INTERLOCUTOR 01) que tinha começado a responder complementou e disse que um policial civil invadiu a casa dele várias vezes, que na última “forjou uma droga” na casa dele e levou a mãe dele presa e só pôde ser liberada com ele assumindo a droga “forjada”. O segundo interno (INTERLOCUTOR 03) interveio novamente e contou a história de um rapaz que levou um tiro de um policial de uma arma calibre ponto quarenta na nuca, na porta de casa, e que não teria nada que o incriminasse; a polícia teria colocado droga em seu bolso para justificar a agressão. O rapaz entrou em coma, mas sobreviveu e pôde contar a história.

Além dos relatos de serem “forjados”, os de casos de tortura por partes das forças policiais eram recorrentes, assim como os de corrupção. Sem contar os casos em que mercadorias ilegais, como drogas ou armas foram levadas por policiais sem que um registro oficial fosse feito. Em casos em que perderam as mercadorias ilícitas, os adolescentes sentiam que isso era demonstrativo das más intenções dos policiais, embora a perda dos materiais fizesse parte de uma espécie de risco calculado.

Apesar de tudo isso, a relação com a polícia não aparece como um fator necessário à organização das gangues na RMGV. Apesar de ser tida como torturadora, ladra, inconfiável, interessada em subornos ou em reter mercadorias roubadas ou ilícitas para vantagens particulares, a polícia poucas vezes foi descrita como assassina. Isso diminuía bastante o ímpeto de se organizar para atacá-la ou se defender dela. Apesar de alguns

¹⁰ Ser “forjado” é um recurso linguístico usado para indicar alguém que foi vítima de um flagrante forjado, no qual a polícia criou situações incrimináveis, especialmente apresentando elementos cuja posse é criminalizada – como armas ou drogas – que não estavam na cena originalmente.

depoimentos já registrarem o desejo de se organizar para atacar diretamente as forças policiais, a maioria apontava que preferia uma relação menos bélica com a polícia.

Havendo pouca necessidade de se defender da polícia e pouca possibilidade de se organizar dentro das unidades de privação de liberdade, era na regulação dos mercados ilegais que a organização entre gangues parecia mais necessária. Mais do que à polícia, os adolescentes entrevistados demonstravam temer aos inimigos ou a possibilidade de serem traídos por companheiros de facção. Porém, a dificuldade em resolver conflitos dentro das gangues era um problema sensível, que trataremos a seguir.

3. Ausência de facções e a falta de poder simbólico

Se para aqueles que tinham ascendido alguns degraus na hierarquia das gangues, mobilizar seus recursos violentos pareceu mais fácil, para quem estava nos pontos mais baixos a sensação era de isolamento em face aos problemas. E mesmo os que estavam em posições de maior influência, não descartavam a possibilidade de resolver individual e violentamente uma série de questões. Isso aponta para uma situação própria da RMGV.

Até o momento, a situação da “vida no crime” na região não se mostrou muito diferente da situação em outros estados da federação. Porém, uma diferença é fundamental: a ausência de “facções” ou “comandos”, de organizações que federassem as gangues. No Rio de Janeiro, os *comandos* articulam diferentes gangues locais e permitem a organização da “vida no crime”, inclusive para adolescentes em conflito com a lei internados (NERI, 2009). Em São Paulo, um comando hegemônico sem rivais à altura permite a resolução de conflitos, principalmente dentro das unidades de privação de liberdade (MALLART, 2014).

Pertencer a um comando, nesses locais, não significa exatamente pertencer a uma hierarquia de uma gangue, o que é resolvido pela articulação nas quadrilhas locais de tráfico de drogas e que também se verifica na RMGV. O *comando* permite um poder simbólico, de forma que permite a um indivíduo falar em nome de algo mais significativo do que apenas a própria vontade e/ou decisão. Organiza assim um pertencimento fluido, remetendo mais a uma conduta ética e a um estilo de vida do que a uma posição num

organograma institucional de empresas ilícitas. Recorremos novamente ao trabalho de Grillo (2013) que demonstra que: “o comando estabelece um *quantum* de coletividade moral entre os bandidos que respondem por seu nome, respaldando a regulação das questões de direito e propriedade concernentes ao tráfico.” A autora aponta ainda que “a facção autentica a propriedade dos donos de morro sobre os direitos de exploração do tráfico de drogas em determinados territórios” e que “ela fornece a prescrição de conduta que são evocadas para a resolução de disputas.” (GRILLO, 2013, p. 52).

Contudo, não há *facções* ou *comandos* que possam exercer essas funções na RMGV. Alguns entrevistados apontaram relações entre gangues locais do Espírito Santo e comandos do Rio de Janeiro ou com o PCC. Embora isso pudesse significar um ganho em *status* tanto para o *bonde* como para os indivíduos que possuem essas conexões, não parecia trazer muitas vantagens perante a organização da “vida no crime” local. Ainda assim, muitas vezes, o bonde local ganha fama pela região, às vezes por trás de um nome que o caracterize¹¹, muita vez articulado com uma facção de uma das grandes metrópoles próximas.

Pode-se assim compreender o sentimento geral de que isso leva a maiores dificuldades no entendimento entre aqueles que estão na “vida do crime”, seja dentro, seja fora de unidades de privação de liberdade, e que, no geral, isso dificultava que os conflitos entre “vagabundos” fossem resolvidos de maneira pacífica. Constatamos, contudo, a noção incipiente de um Primeiro Comando de Vitória (PCV), um *comando* capixaba, mas que se inspirava na organização do Primeiro Comando da Capital paulista – o modelo paulista parecia mais atrativo, dado a sua suposta capacidade de apaziguar guerras, mas que ainda se apresentava mais como projeto do que como realidade.

Beato e Nascimento (2012) propõem um modelo para o processo de estruturação de atividades criminosas nas cidades brasileiras que, para esses autores, poderia ser dividido

¹¹ O “Bonde do Caixão Lacrado” (BCL) ou o “Bonde Mete Bala” (BMB) eram gangues com nomes bem conhecidos localmente. Outros bondes eram simplesmente conhecidos pelo nome dos bairros onde estavam situados. Nenhum deles parecia ter uma atuação que superasse seus bairros de origem, embora alguma articulação entre *bondes* fosse possível, apesar de muito instável. Um adolescente (INTERLOCUTOR 11) contava que ele saiu de um bairro onde havia uma gangue incipiente para uma gangue maior. Algum tempo depois, retornou ao seu bairro de origem, o que lhe causou enorme ganhos de *status* em sua gangue inicial.

em três fases: uma primeira fase que apresenta a baixa complexidade das atividades ilícitas e a falta de organização entre as gangues; a segunda fase em que os grupos começam a se organizar e a competir entre si, até que um deles atinja a hegemonia ou que se estabeleça um equilíbrio entre eles – levando a conflitos mais violentos e a armamentos mais pesados; e, por fim, uma fase em que a lógica empresarial de atividades criminais extremamente complexas passa a organizar os mercados ilícitos, permitindo um controle maior do uso das armas de fogo.

Algumas das gangues locais estavam bastante articuladas e a hierarquia do tráfico estava bem definida na maioria dos bairros, especialmente naqueles que têm quadrilhas mais antigas. Na RMGV, a impressão que o discurso dos entrevistados passava é a de que o nível de complexidade das atividades ilegais, especialmente o tráfico de drogas, tinha se tornado tão alto que não havia mais motivo para que não houvesse uma grande *facção* local, que buscasse hegemonia das organizações criminais nos bairros periféricos, filiando as gangues locais. Contudo, ela ainda não existia; isso seria a causa da enorme dificuldade de mobilizar um poder simbólico para resolver disputas, levando a que a maior parte das desavenças seja resolvida de forma individual e violenta.

O *bonde* pode ser um foco de poder simbólico, mas as divergências dentro de cada gangue têm muitas vezes de ser resolvidas individualmente. Isso confere grande importância à maneira como o indivíduo gere sua própria imagem, controla os conflitos interpessoais, estejam eles relacionados ao tráfico de drogas ou não. Apresentamos uma última história que pode ajudar a compreender a dinâmica dessas situações. Um dos entrevistados (INTERLOCUTOR 12) conta que havia retirado cinquenta reais do que deveria ser repassado a seu gerente. Assim, sua contabilidade não fechava. Ele, contudo, dizia que tinha esse dinheiro em casa e que ressarciria o gerente no dia seguinte. Porém, o gerente permaneceu irritado e decidiu cobrar a dívida antes mesmo do prazo indicado:

Aí bem na quebrada com um monte de gente assim fumando, quebradona, uma casinha lá. Aí ele chega, no mesmo dia, ele chega, ‘cadê os cinquenta reais, não sei o quê? Rapaz, se não me pagar os cinquenta real vou te matar, não sei o quê. (INTERLOCUTOR 12).

Apesar de reconhecer a dívida, o adolescente mostrou-se inconformado. Ele já havia estipulado um prazo para o ressarcimento que ainda não havia vencido. Além disso,

ressentiu-se da ameaça de morte, especialmente por ela ter sido feita em público. Ele sentia que não poderia suportar essa ameaça feita dessa forma:

Aí falei: “O quê? Você vai me matar?”, ele falou, aí ele, ele ficou quieto, não tem? Aí eu peguei, falei: “tranquilo”; aí eu peguei e saí saindo, não tem? Fui na casa do parceiro meu, falei: “Mano, vim cá pra pegar a peça pra matar aquele gerente.” Aí eu fiquei tranquilo, aí eu fui na casa dele peguei a peça e já voltei. Aí nisso que eu voltei, ele não ‘tava mais lá não, não tem? Perguntei: “cadê ele?”. Aí os moleque: “ele meteu o pé, por quê?”; “Ah, vou matar esse cara, esse cara ‘tá me tirando, rapaz.” Aí os moleque fala: “tá doido, vai matar ele não, viado, não sei o quê, conversa com o patrão”. Já peguei e já liguei: “Qual é [nome do patrão]? Aí, aí esse cara aqui, não tem?, pô, eu tirei cinquenta reais pra dar a ele amanhã de manhã e ele tirou com a minha cara, esse cara ‘tava me tirando, não sei o quê”. Aí eu expliquei ele como é que foi, aí ele falou: “tá doido, véi? Esse cara fez isso com você, querer te matar?”. Ele quer me matar, eu falei pra caramba não tem. Aí falei, “ahn, vê que você faz aí.”; “Não mata ele não”; [eu disse]: “ahn, ele tá me tirando”, aí ele falou: “ahn, não mata ele não, ele tem uma mãe doente”; “Eu não quero saber de mãe não, essa cara ‘tá me tirando, ahn.” Ele pegou e: “ah, vê o que você faz aí então” (INTERLOCUTOR 12).

O que desejamos chamar atenção aqui nesse momento é para a postura do “patrão”. Ele se mostrava pouco à vontade com a ideia que seu “gerente” fosse morto por um de seus “vapores”, mas, por fim, não ofereceu resistência. Para ele, aparentemente, tanto seu interlocutor matar seu desafeto quanto ser morto por ele teria o mesmo sentido. Ele também não mostrou força para efetivamente poder evitar que um matasse o outro, o que provavelmente fosse a solução pela qual ele teria predileção.

Como não há um comando que se possa mobilizar como fonte de poder simbólico para dar legitimidade ao mandado do “patrão”, a possibilidade de que ele seja desobedecido ou mesmo de que não consiga mediar conflitos internos aumenta. Assim, mesmo o “patrão” parece poderoso apenas à medida que consegue intimidar individualmente. Esse tipo de discurso se repetiu em outras histórias, especialmente quando um “patrão” sentia que um determinado problema não lhe dizia respeito diretamente e que qualquer solução para a situação seria aceitável.

O desfecho da história é bastante trágico: progressivamente, as relações de meu interlocutor com seus colegas de “movimento” se tornam piores. Segundo ele, depois da cobrança dos cinquenta reais, ele havia se tornado irritadiço e discutia com os colegas por qualquer motivo. De certa forma, ele sentia que não havia sido protegido por seus colegas ou por seu patrão, mesmo tendo razão. Assim, ele torna a se desentender com

outro colega e não vê solução para além de trocar de “boca”. Essa era uma possibilidade recorrente entre os adolescentes envolvidos no tráfico de drogas da RMGV. Contudo, as posições hierárquicas não poderiam ser transportadas, mas ele poderia ir de um “movimento” para o outro, contanto que os dois “movimentos” não fossem inimigos entre si.

Nesse caso específico, a falta de um poder simbólico que permitisse mediar o conflito acabou por não apenas levar a saída do entrevistado da gangue; na nova gangue, ele articulou novas comparsas para atacar sua gangue anterior, gerando uma guerra entre as duas. De onde observávamos, não havia elementos para saber se os membros da nova gangue apenas se sensibilizaram com a história do meu entrevistado ou se tinham outros objetivos – como a tomada de pontos de venda de droga – que os levassem também a atacar os antigos comparsas do adolescente entrevistado.

Considerações finais

Quando analisamos as trajetórias desses adolescentes, é bastante difícil ignorar as condições ambientais dos bairros em que esses jovens cresceram. A relação entre o ambiente dos bairros e a criminalidade, proposta originalmente por Shaw & McKay (1942), ganha relevância quando se percebe que, em geral, as possibilidades de se engajar na “vida do crime” estão muito mais abundantes nos bairros nos quais a população mais pobre habita. A concentração de desvantagens, como a pobreza e a dificuldade de acesso à educação e à saúde facilita a formação de linhas de conduta não convencionais, que podem ser adotadas como forma de conseguir vantagens competitivas em meio a um ambiente hostil (ZILLI DO NASCIMENTO, 2011).

Em cada região metropolitana brasileira existem nuances dessas possibilidades que podem ajudar a compreender o fenômeno de como essas gangues se organizaram e de como elas estão organizadas. Ademais, a formação de gangues locais vai se desenvolver de forma própria em cada região, possibilitando (ou não) recursos simbólicos e materiais que poderão dar suporte às atividades das gangues. Em todo caso, para seus membros em situações inferiores, a organização das gangues e das facções podem oferecer pontos

positivos em três frentes: em primeiro lugar, pode estabelecer relações mais vantajosas com a polícia, seja para enfrentá-la com mais força, seja para suborná-la; pode também organizar melhor as relações dentro das unidades de privação de liberdade, de forma a tentar superar eventuais violações de direitos humanos, mas também de articular a convivência entre os internos; além disso, pode ajudar a regular o mercado varejista de drogas nos pontos de venda da periferia da RMGV, mediando conflitos dentro das gangues e entre elas.

Os depoimentos desses jovens que ocupavam posições hierárquicas inferiores ou intermediárias nas gangues da RMGV indicam que, para eles, a presença de uma grande *facção* poderia gerar benefícios em termos de resolução de conflitos; o que poderia permitir resoluções pacíficas de inúmeras situações que normalmente só eram resolvidas violentamente. Sem contar com a disputa por pontos de distribuição de drogas ilícitas, que era toda mediada pela troca de tiros. Apesar da organização local do tráfico de drogas estar razoavelmente organizada na maioria dos bairros pobres da RMGV, os membros em posições inferiores indicam que se tiverem um problema provavelmente terão de resolvê-lo individualmente. Eles não sabem quando, mediante um problema que não seja concernente imediatamente aos interesses de seus superiores hierárquicos, poderão contar com seu apoio para resolvê-los.

Porém, as relações com o Estado, seja com a polícia, seja com as forças que controlam as unidades de privação de liberdade, não parecia, à época da pesquisa, necessitar de maiores organizações, segundo esses depoimentos colhidos na RMGV. As unidades de privação de liberdade apresentavam melhorias com relação aos anos anteriores – o que não significa que não ocorriam mais violações de direitos humanos nas unidades. Ademais, as novas unidades diminuíram a superlotação, o que facilitou o controle da força por parte dos agentes do Estado, especialmente nas unidades do complexo de Xuri – o que também não significa que a relação era sempre pacífica. A relação com a polícia apresentava certo cuidado: apesar da presença de discursos de ódio e de ressentimento com relação a polícia, não se sabia se tentar enfrentá-la diretamente seria vantajoso. Em todo caso, não havia organização entre as gangues para enfrentá-la de maneira mais enérgica.

Esses fatores podem se alterar temporalmente ou localmente. Alguns pesquisadores paulistas falam sobre um processo de diminuição de homicídios no estado que teve na “pacificação” feita pelo PCC um de seus fatores essenciais (FELTRAN, 2010; HIRATA, MARQUES, FELTRAN, BIONDI, 2012; NUNES DIAS, 2017). Esse movimento em São Paulo parece ter afetado os três fatores que elencamos: a relação com a polícia; a relação com as forças dentro das unidades de privação de liberdade; e as relações entre os membros das gangues – todos federados a um mesmo *comando*, o que tende a gerar maior adesão a ele e, conseqüentemente, aumentando seu poder simbólico.

É possível pensar que, para aqueles que estão nas posições mais inferiores das hierarquias, dificilmente a aquisição de drogas internacionalmente ou a grande organização nacional de uma determinada facção seja o motivo para que ele se engaje nela, muito menos para que inicie uma disputa armada em seu nome. Talvez seja mais preciso pensar que ele busca proteção nas suas interações cotidianas, seja da polícia ou de agentes socioeducativos ou penitenciários, seja de outros criminosos, fora ou dentro de unidades de privação de liberdade. Uma situação prisional que seja muito indigna pode ser o motivo pelo qual esse tipo de “facção” se fortaleça, de forma que os presos comecem a buscar melhores condições dentro das cadeias. No caso do Espírito Santo, essa organização se fortaleceu com a crise penitenciária no final da década passada, mas parece ter refluído no início da década atual, com a melhoria das condições.

Contudo, no caso da RMGV, nos últimos anos, os membros inferiores das quadrilhas de tráfico de drogas em bairros periféricos sentiam a necessidade de uma organização mais forte que pudesse especificamente mediar conflitos internos e com outras gangues. Mas talvez a falta de necessidade de se organizar para enfrentar ou cooptar a polícia, ou mesmo a impossibilidade ou falta de estímulo para se organizar dentro dos presídios, mantém as tentativas de organização muito incipientes – que podem ser fatores importantes em outras regiões. Em todo caso, a busca por essa organização, para aqueles que ocupam posições inferiores nas gangues, parece sempre estar voltada para busca de proteção e não de lucro ou de crescimento comercial.

Referências

- BEATO, C.; ZILLI, L. F. A estruturação de atividades criminosas: um estudo de caso. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 71-89, out. 2012.
- BITTENCOURT, M. B. **As políticas da insegurança:** da Scuderie Detetive Le Cocq às Masmorras do Novo Espírito Santo. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.
- BOURGUIGNON, N. Corte interamericana exige mudanças urgentes na Unis em Cariacica. **Gazeta Online**, 15 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/12/corte-interamericana-exige-mudancas-urgentes-na-unis-em-cariacica-1014111413.html>. Acesso em: 13 nov. 2018.
- DOS ANJOS, E. E. A 'pistolagem' entre nós: crimes de mando na violência do espírito santo. **SINAIS** - Revista Eletrônica. Ciências Sociais. Vitória: CCHN, UFES, v.1, n.04, p.186-217, dez. 2008.
- FELTRAN, G. de S. Periferias, direito e diferenças: notas de uma etnografia urbana. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 53, n. 2, p.565-610, 2010,
- FREITAS, A. C. V. **E isso é bandido?:** engajamentos à vida no crime na Região Metropolitana de Vitória. 2016. Tese (Doutorado em sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- _____. Para quem do bem e do mal: pentecostalismo e criminalidade. **Ciencias Sociales y Religión / Ciências Sociais e Religião**, v. 19, p. 32-46, 2017.
- _____. Porque adolescentes matam: cinco tipos puros de accounts para o assassinato na região metropolitana da grande vitória elaborados a partir de relatos de adolescentes em conflito com a lei. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, v. 1, p. 32, 2014.
- FREITAS, A. C. V.; COSTA, E. S. Trabalhar e não ser trabalhador: pertencimento e reconhecimento de classe na 'vida do crime?'. **Revista Direito GV (ONLINE)**, 2018. (No prelo).
- GRILLO, C. C. **Coisas da vida no crime:** tráfico e roubo em favelas cariocas. 2013. Tese (Doutorado em antropologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.
- HIRATA, D.; MARQUES, A.; FELTRAN, G.; BIONDI, K. A quem serve negar o impacto PCC? In: **Caros Amigos:** a primeira à esquerda. 24 de agosto de 2012. Disponível em: <http://www.carosamigos.com.br/index.php/artigos-e-debates/2907-a-quem-serve-negar-o-impacto-pcc> Acesso em: 16 mar. 2017.
- MALLART, F. **Cadeias dominadas:** a Fundação CASA, suas dinâmicas e as trajetórias dos jovens internos. São Paulo: Terceiro nome, 2014.
- MATTOS, R. F. S. Segregação sócio-espacial e violência urbana na região metropolitana da Grande Vitória. **Dimensões**, v. 25, p. 249-265, 2010

MISSE, M. **Malandros, marginais e vagabundos**: acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. Tese (doutorado em sociologia) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1999.

_____. Le Movimento: les rapports complexes entre trafic, police et favelas à Rio de Janeiro. **Déviance et société**. v. 32, p. 495-506, 2008.

NERI, N. E. **Tirando a cadeia dimenor**: a experiência de internação e as narrativas de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. 2009. Dissertação (Mestrado em sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

NUNES DIAS, Camila Caldeira. **Encarceramento, seletividade e opressão**: a “crise carcerária” como projeto político. São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) Brasil, 2017.

RIBEIRO JÚNIOR, H. As políticas prisionais capixabas, a criminalização seletiva e as violações de direitos humanos. **Criminologias e política criminal** CONPEDI/UFSC, Florianópolis: CONPEDI, p. 141-62, 2014.

ROCHA, H. C.; MORANDI, A. M. **Cafeicultura e grande indústria**: a transição no Espírito Santo 1955-1985. 2. ed. Vitória: Espírito Santo em Ação, 2012.

SHAW, C.; MCKAY, H. D. **Juvenile delinquency and urban areas**. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

ZALUAR, A. **O Condomínio do Diabo**. Rio de Janeiro: Revan, 1994.

ZANOTELLI, C. L.; et alli. Geografia da criminalidade no Brasil: o caso do Espírito Santo. *In*: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10., 2007, Bogotá. **Anais [...] Bogotá**, Colômbia, 2007.

ZILLI DO NASCIMENTO, L. F. **“O bonde tá formado”**: gangues, ambiente urbano e criminalidade violenta. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

Recebido: 25.09.2018

Aprovado: 15.11.2018